

Audiência Parlamento – Covid 19

21 de Abril 2020

Quando o ano de 2020 se iniciou, vivíamos um enquadramento macroeconómico bastante positivo. Discutia-se quanto é que Portugal iria crescer. Quanto é que os salários poderiam aumentar. Quanto é que seria o excedente das nossas contas públicas.

Hoje, passados apenas 4 meses, o mundo mudou, e o debate e as prioridades são outras.

Hoje, é sobre entender a dimensão da recessão, onde muitos sectores poderão parar por 1 semestre e alguns vão sentir de forma mais prolongada este efeito, e o que podemos fazer para tornar o seu impacto o menos danoso possível.

Hoje, é sobre o papel do Estado e da Europa, no combate à crise que estamos a viver.

E é sobre o que todos nós, colectivamente, uns com os outros, e não uns contra os outros, podemos fazer para ajudar Portugal a prevalecer sobre o covid 19.

E claro, também é sobre o papel dos Bancos, e o que podem, e devem fazer no combate a esta crise, mantendo-se simultaneamente sólidos e saudáveis, para que não passem também eles a fazer parte do problema.

O que podem e devem fazer, pelos seus colaboradores.

O que podem e devem fazer, pelas famílias e empresas Portuguesas.

O que podem e devem fazer, no apoio à Sociedade e a quem mais precisa.

Começo pelo nosso melhor activo - os nossos colaboradores.

No Banco Santander, a nossa primeira preocupação foi garantir a sua segurança desde o primeiro momento, dando-lhes todas as condições para trabalharem remotamente a partir de suas casas, ao mesmo tempo que garantimos as condições de segurança sanitária às 2000 pessoas que tiveram que ficar na linha da frente e que todos os dias abrem os balcões.

Mas não foi só isto que fizemos pelos nossos colaboradores. A todos, mantivemos o seu salário por inteiro, incluindo o subsídio de refeição. Mesmo para aqueles que estão em casa sem trabalhar, no apoio às suas famílias ou em quarentena. Da mesma forma mantivemos todos os estagiários no Banco. No Santander Portugal, não houve e não haverá layoffs, nem perda de salários por causa do covid19.

Paralelamente, mantivemos desde logo uma preocupação muito grande em continuar a apoiar os nossos clientes.

E fizemos várias coisas, que partilho com o Senhor Presidente da Comissão e com os Senhores Deputados.

Em 1º lugar, contactamos todos os nossos clientes empresas, no sentido de saber que apoio é que necessitariam do Banco – foram 150.000 contactos no espaço de poucos dias, com testemunhos dramáticos e com o pronto apoio do Banco. Durante

o mês de Março injectamos mais de 500 milhões de crédito na economia, sem contar com linhas covid19;

Em 2º lugar, mantivemos todos os limites de crédito, previamente não utilizados, disponíveis aos nossos clientes e ao mesmo preço. Estamos a falar de uma disponibilidade de liquidez à nossa economia de 6 mil milhões de euros, que tem estado a ser utilizada, e que nada tem que ver com os apoios públicos.

Em 3º lugar, demos a possibilidade aos nossos clientes, particulares e empresas, de aderirem a uma moratória de capital, alargada a todos os créditos, muito antes da aprovação do decreto-lei para a moratória legal do Estado, que está também ela, naturalmente, disponível. E desde ontem, temos também disponível a moratória privada da APB.

Até ao dia de hoje temos 70 mil clientes e 7.5 mil milhões de euros de crédito, que aderiram às moratórias. Clientes que até 30 de setembro não irão pagar capital, e muitos deles não irão pagar juros. Estamos a falar de 20% do montante da nossa carteira para particulares, e praticamente 40% da carteira de empresas (excluindo PPC's, grandes empresas e o Estado). Representa mais uma injeção de liquidez, às famílias e empresas, de praticamente 1.000 milhões de euros. É uma ajuda enorme que os Bancos estão a dar à economia. Fazemo-lo com um profundo sentido de dever, mas não podemos aceitar a crítica de que não estamos a fazer o suficiente.

Em 4º lugar, deixámos de pagar dividendos (410mn) este ano, o que nos permite aumentar a concessão de crédito em cerca de 8 mil milhões de euros.

5º, temos estado na linha da frente da operacionalização das linhas protocoladas – não existe em Portugal nenhum Banco que tenha uma quota maior do que o Santander neste tipo de apoio aos clientes, desde que estas linhas foram lançadas. Um em cada 5 créditos desta natureza é dado pelo Santander.

Acredito que não será diferente agora nas linhas covid 19 e nas Linhas de Apoio à Economia. Aliás, temos já aprovados 1.4 mil milhões de euros para os nossos clientes, ao abrigo destas linhas. E especificamente na linha covid 19 tivemos uma quota de mercado de 35.7% em número de operações (415) e de 30.5% em montante (120mn).

Temo-lo feito sempre com o preço correcto – aquele que simultaneamente contribui para o apoio à economia, mas que também, nos permite alcançar os níveis de rentabilidade necessários, para garantir a segurança das poupanças dos Portugueses.

Em relação às novas linhas do Covid 19 deixar claro, desde já, o seguinte – no Banco Santander o spread aplicado está entre 1% e 1.5%. A que acresce 0.25% de comissão anual de gestão. A crescer a este montante, os clientes ainda têm que pagar uma comissão pela garantia do Estado, mas não é aos Bancos que o fazem, é às próprias SGM's. Esta comissão pode ir de 0.25% a 1.75% sobre o montante garantido (80% ou 90%), em função do prazo (1 a 6 anos) e da dimensão do cliente (micro, pequena e média empresa, ou small and mid cap), e é paga no final do contrato de financiamento.

Assim, e a título de exemplo, uma operação a 6 anos de 100.000 euros, para uma micro ou pequena empresa, com spread de 1.25% e comissão de gestão 0.25%, tem um custo all in para o cliente de 1.8%.

Para uma linha a 6 anos, com 18 meses de carência e sem aval, é um excelente preço para os clientes e representa um apoio, também ele, significativo, num momento em que os spreads da própria República aumentaram e o risco disparou. Não vejo paralelo destes preços na Europa – em Espanha estas linhas tem um custo de 3.5% a 4% incluindo o custo das garantias.

Adicionalmente, a generalidade dos nossos clientes estava bastante bem, em termos de liquidez, até Março deste ano. As maiores dificuldades começaram a aparecer no

mês de Abril, e é natural que estas dificuldades se agravem nos próximos meses, com a reabertura gradual da economia, com potenciais quedas significativas no volume de negócios de 20%, 50% ou até mesmo 70%. Para estes, não tem havido nem atrasos, nem haverá problema no apoio dos Bancos, e o dinheiro está a chegar, e continuará a chegar a tempo.

Existem de facto empresas que precisam de liquidez com urgência e não estão a conseguir aceder a financiamento. E vejo aqui, essencialmente dois grupos – 1) de micro-empresas, que não conseguem aguentar mais de 1 ou 2 semanas o seu negócio, e 2) empresas que tinham ou crédito vencido, ou dívidas ao fisco ou à segurança social, e que não podem desde logo aderir às moratórias ou às linhas protocoladas com garantia do Estado. E que têm feito algum ruído. Mas a sua situação não é representativa do que se está a passar.

A este propósito, dizer que uma das maiores falácias que tenho visto em Portugal nos últimos tempos é a repetida afirmação que os Bancos se financiam a -0.75% no Banco Central Europeu.

Para que fique claro – a maior fonte de financiamento que os Bancos têm, são as poupanças dos portugueses, através dos seus depósitos. No caso do Santander representam cerca de 2/3 do total de financiamento do seu balanço e mais de 80% do crédito concedido aos seus clientes.

O remanescente do financiamento do Banco vem do capital dos seus accionistas, da dívida que é emitida no mercado, e apenas 6% vem de uma linha disponibilizada pelo BCE em que os Bancos podem aceder a liquidez com um custo de mínimo de -0.75%. Apenas 6%.

Mas para acederem a esta linha, os Bancos têm de colocar um colateral de igual montante no BCE. Têm que fazer crescer a sua carteira de crédito de forma muito significativa nos dois anos seguintes. E não é uma linha ilimitada, dado que o próprio

BCE coloca vários contra-pesos à utilização desta linha, que impede que ela seja mais utilizada pelos Bancos.

É pois uma facilidade que existe, mas que representa muito pouco daquilo que são as necessidades de financiamento dos Bancos para apoiar a economia, o que de qualquer forma, não tem condicionado a nossa capacidade de o fazer.

Por outro lado, temos fomentado a utilização das linhas protocoladas, com a rapidez possível. Não porque os Bancos se atrasem, mas porque todo o processo é moroso, burocrático e com requisitos extensos de documentação, que obrigam os clientes a perder muito tempo na sua compilação.

E que burocracia é esta? Para o processo de candidatura é exigido ao cliente até 10 documentos, e posteriormente para o processo de contratação são exigidos mais 7 diferentes. Na esmagadora maioria dos casos, trata-se de documentação repetida, de clientes que já utilizam estas linhas há muitos anos, mas que a têm de compilar novamente cada vez que querem aceder a uma nova linha.

E da nossa experiência, existe uma exigência que tem sido recebida com desconforto por parte dos empresários, e que tem levado a uma menor procura, que é a declaração de manutenção de postos de trabalho.

Desde que o cliente faz o seu pedido ao Banco, até que o dinheiro entra na sua conta, tem que passar 1º pelo processo de aprovação no Banco – estamos aqui a fazer um esforço enorme, a aprovar operações muitas vezes no próprio dia, mas nunca a mais de 3 dias – 2º tem que passar pelo processo de aprovação na SGM, e até 6ª feira passada (aquando do lançamento da nova linha de 3 mil milhões) tinha que passar também pelo Finova, num processo moroso de certificação de minimis.

Segue-se o processo de contratação, onde o cliente tem que compilar os tais 7 documentos diferentes, já depois de na fase de candidatura ter compilado até 10 documentos.

Assim que o Banco recebe toda informação exigida ao cliente, o contrato é emitido no próprio dia e posteriormente assinado pelo cliente. Este contrato ainda terá que ser enviado para a SGM, para validação, e só depois é que o dinheiro é colocado na conta do cliente.

Em média no Santander, este tempo tem sido de 3 semanas, das quais praticamente 1/3 é representativo do tempo que o cliente tem que despende para compilar toda a documentação necessária.

Não obstante, quero chamar a atenção do seguinte – Portugal tem nas linhas protocoladas, um montante total de carteira viva de 3.5 mil milhões euros. O que estamos a falar agora, é de ter disponível um montante que representa praticamente o dobro de tudo aquilo que permanece vivo nas SGM's e que tem que ser colocado nas empresas no menor curto de espaço de tempo possível. Recordo que todo este processo demorava antigamente, muitas vezes mais de 60 dias, e agora está a demorar em média 20.

É um esforço enorme, que está a levar ao limite todos os intervenientes neste processo, e é bom que se tenha a noção da dimensão do que estamos a falar. Acredito que todos, Bancos, SGM's e clientes, estão a trabalhar no limite das suas capacidades.

E por falar em dimensão, a resposta à pergunta - são os apoios até agora anunciados suficientes? Dizer o seguinte:

1º As moratórias colocadas à disposição das famílias e empresas portuguesas são das mais generosas que foram feitas na Europa, e assumem uma importância

fundamental também para proteger o sector financeiro, nomeadamente na subida dos NPE's;

2º Os apoios ao layoff, em que as empresas deixam de suportar uma parte significativa dos custos com o pessoal, e que se estimam custar cerca de mil milhões de euros por mês ao Estado, são uma importantíssima ajuda.

3º As linhas protocoladas de apoio a esta crise, como já tive oportunidade de o referir, são praticamente o dobro da carteira viva das SGM's. Acredito serem possíveis algumas afinações na operacionalização destas linhas, mas remoção da necessidade de passar pelo Finova para a últimas facilidades, é um passo na direcção certa.

Saber se todos estes apoios vão ser suficientes dependerá muito da profundidade desta crise, e está condicionado, desde logo, pelo nosso ponto de partida – quando se tem uma dívida pública de 118% (e que se estima chegar aos 135%), claramente não temos a mesma disponibilidade que outros países, com dívidas muito abaixo destes valores.

Quando se fala da importância de ter contas públicas equilibradas, é precisamente para que em situações, como a que vivemos agora, possamos actuar em contra-ciclo, com o maior número de munições possível.

Chamar também a atenção para a importância dos seguros de crédito, e que não têm sido trazidos para a discussão e, como saberão, são instrumentos críticos para a fluidez das trocas comerciais, sejam elas nacionais ou internacionais.

Desde o início da crise temos assistido em Portugal a uma redução muito significativa das coberturas destes seguros, com reduções de plafonds que ultrapassam os 60%. Deixo aqui esta nota aos senhores deputados, não só pela importância deste instrumento para as nossas empresas, mas porque esta redução vai no sentido completamente oposto daquilo que têm sido as práticas de outros países,

nomeadamente em Espanha que reforçou as coberturas destes seguros em 2 mil milhões, ou na Alemanha em que as coberturas se mantiveram intactas.

Se este tema dos seguros de crédito não for endereçado rapidamente, no sentido de se manter o nível de coberturas às nossas empresas, temo que, sobretudo, as nossas empresas exportadoras venham a passar por tempos muito complicados.

A minha convicção é que para sairmos desta crise precisamos de todos, e sobretudo, precisamos de ter mais Europa. Uma Europa mais solidária, e que não tenha medo de mutualizar choques simétricos, que a todos tocam por igual, mas que nem todos têm a mesma capacidade de resposta.

A propósito de solidariedade, o Banco Santander passou a pagar a pronto a todos os seus fornecedores, e triplicou desde o início da crise, o seu orçamento de responsabilidade social, para apoiar quem mais precisa. Temo-lo feito longe dos holofotes, mas com grande efectividade e esforço de todos os colaboradores.

Antes de terminar queria só deixar uma palavra a todos os que tem mostrado preocupação com os resultados dos Bancos.

Fiquem descansados - os Bancos não vão lucrar com esta crise. Pelo contrário, os Bancos serão dos sectores mais afectados desta crise. A Banca é um sector pró-cíclico, e portanto as suas receitas vão cair bastante com a recessão, e o seu custo do risco, ou seja as suas provisões, irão também aumentar de forma significativa.

Para referência do Senhor Presidente da Comissão e dos Senhores Deputados, em Portugal temos cerca de 200 mil milhões de crédito. Em tempos de crise, o custo do risco ronda o 1%, podendo chegar a 2%, implicando o reconhecimento de provisões por parte dos Bancos entre 2 e 4 mil milhões de euros.

Volto a repetir, entre 2 e 4 mil milhões de euros. No ano passado, os resultados recorrentes da Banca em Portugal não chegaram a mil milhões de euros.

Mas nunca nos esqueçamos de uma coisa, aceitar e promover uma Banca forte e rentável, é aceitar e promover a capacidade de financiamento à economia, e é sobretudo, aceitar e promover a segurança das poupanças dos Portugueses.

É bom que tenhamos isto sempre claro, evitando a desinformação sistemática ao país em relação à Banca.

Termino, dizendo o seguinte.

Os Bancos, e o Santander em particular, serão sempre parte da solução nesta crise e nunca parte do problema, e não devem ser usados como bode expiatório de agendas que em nada beneficiam o país e os Portugueses.

Acredito que a Banca vai estar à altura deste momento, dado que está hoje bem capitalizada, com capacidade de apoiar e comprometida nesse propósito nacional.

O Santander está preparado para continuar a apoiar a economia, salvaguardando, sempre, as poupanças dos portugueses que em nós confiam o seu dinheiro, e protegendo os seus colaboradores.

Como tem feito nos últimos anos. Com critério. Com rigor e sobretudo com um propósito e um espírito de missão permanente de apoiar as famílias e as empresas de Portugal. Como tenho dito muitas vezes, 1/5 do crédito concedido em Portugal é concedido pelo Santander, e a preços muito baixos.

Hoje, mais do que nunca, reafirmamos este compromisso.